

SENADO DISCUTE DENÚNCIAS

Governistas apontam prejuízos à economia e à imagem do país

Oposição promete apoiar a agenda positiva se houver CPI

Líderes pedem e Malta adia requerimento da CPI dos Bingos



Discurso de Almeida Lima (acima à direita) sobre suposta "operação-abafa" montada por José Dirceu para impedir investigação a respeito de Waldomiro Diniz mobiliza Plenário. Renan Calheiros (acima) desqualifica denúncias, enquanto Arthur Virgílio (ao lado) anuncia apoio a "agenda positiva" se governo favorecer CPI. Magno Malta (foto maior à direita) adia pedido de CPI dos Bingos



Páginas 4 a 7

STJ entrega proposta para reforma da Justiça

Tribunal rejeita o controle externo do Judiciário, conforme documento apresentado aos senadores pelo ministro Nilson Naves.

Página 8

Palocci e Meirelles devem falar na CAE

Comissão de Assuntos Econômicos espera explicações sobre política econômica e efeitos do acordo com FMI.

Página 3

Advertência sobre refrigerantes

Comissão de Educação aprova projeto de Lúcia Vânia determinando que propaganda deve alertar para malefício de refrigerantes.

Página 7

Sem acordo, Senado não vota renegociação com o Fies

Por falta de acordo entre os líderes partidários, não houve votações na sessão de ontem. Seguem trancando a pauta duas medidas provisórias: a MP 141/03, que trata da renegociação de débitos de 165 mil estudantes com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), e a MP 142/03, que visa proteger créditos do Banco Central nas operações de importações junto a instituições financeiras dos países que integram a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e a República Dominicana.

Também trancam a pauta do Plenário os Projetos de Lei de Conversão 1 e 2/04, que alteram as MPs 144 e 145/03. Os senadores ainda não chegaram a um acordo sobre os dois PLVs que estabelecem o novo modelo de gestão do sistema elétrico brasileiro. Uma das sugestões do Executivo é a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que sucederá o Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE) no controle das operações de compra e venda do serviço. A nova câmara será regulada e fiscalizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Após a aprovação das matérias que trancam a pauta, o primeiro item a ser votado pelo Plenário é o Projeto de Resolução 68/03, que autoriza a Prefeitura de São Paulo a contratar crédito externo, com garantia da União, no valor de US\$ 100,4 milhões, para financiamento de obras de recuperação no centro da capital.

Agenda

Medidas provisórias trancam pauta de votações do Senado



O Plenário volta a discutir hoje, a partir das 14h30, duas medidas provisórias que trancam a pauta de votações. As matérias (MP 141 e 142/03) tratam, respectivamente, da renegociação das dívidas de estudantes com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e da proteção de créditos do Banco Central em operações de importação. Somente com a votação das MPs, os projetos sobre o novo modelo elétrico poderão ser examinados.

Sarney recebe presidente do tribunal de contas da Rússia

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 10h30, o prefeito de Macapá, João Henrique Pimentel; às 11h, o presidente do tribunal de contas da Rússia, Sergey Stepashin; às 11h30, o ministro

das Cidades, Olívio Dutra; às 12h, o presidente da Valec Engenharia, José Francisco das Neves; e, às 12h30, o presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Japão, deputado Paulo Kobayashi.



Acesso a gravações do caso Celso Daniel

Em análise na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), às 18h30, requerimento para que os parlamentares tenham acesso às gravações telefônicas sobre o caso Celso Daniel, prefeito de Santo André assassinado em janeiro de 2002. Além disso, o colegiado vota requerimentos solicitando audiências públicas para discutir as atribuições da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

Comissão examina cota para índios em concurso público

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa, a partir das 11h, dois projetos que buscam garantir aos índios cota de 5% das vagas em concursos públicos (PLS 136/00 e 155/00). Os senadores

votam ainda proposta que autoriza o Executivo a adotar medidas de apoio aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais (PLS 313/99).

Veto a bebida alcoólica em posto de gasolina

Na pauta da reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 10h, proposta que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas para consumo imediato em postos de gasolina (PLS 148/03). Será votado ainda projeto (PLS 208/03) que altera o Código Penal para estabelecer o crime de trabalho escravo.



CPI do Desmanche

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Desmanche realiza, às 17h, reunião para definir calendário de trabalho e para apresentar programas jornalísticos com denúncias de irregularidades cometidas por empresas de seguros, revendedoras e oficinas de automóveis, em relação aos veículos "salvados".

Palocci deve falar à CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) examina, às 15h10, mensagens do Executivo e avisos do Tribunal de Contas da União. Além disso, será votado requerimento convidando o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a comparecer a audiência para explicar como pretende implantar um superávit variável.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



CRIME CPI para investigar imigração ilegal já tem 31 assinaturas, afirma Hélio Costa

Hélio Costa anuncia chegada de brasileiros presos nos EUA

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) anunciou em Plenário que estará chegando hoje a segunda leva de brasileiros repatriados, em vôo proveniente dos Estados Unidos. Eles estavam detidos por entrar ilegalmente naquele país. Uma negociação com o governo norte-americano, conduzida pelos senadores Hélio Costa e Marcelo Crivella (PL-RJ), e pelo deputado João Magno (PT-MG), garantiu a repatriação dos brasileiros.

O senador por Minas Gerais anunciou também que já obteve 31 assinaturas de parlamentares em apoio à instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista para investigar o aliciamento e a falsificação de documentos relacionados ao esquema de imigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos.

– Há verdadeiras máfias que levam famílias a vender tudo o que têm para que seus filhos e filhas tentem entrar nos Estados Unidos – denunciou Hélio Costa.

Papaléo lamenta falecimento de personalidades do Amapá

O Plenário aprovou requerimento de pesar de Papaléo Paes (PMDB-AP) pelo falecimento do artista plástico R. Peixe, ocorrido na segunda-feira. R. Peixe, disse Papaléo, ajudou a divulgar o estado do Amapá e sua capital, Macapá.

O senador lamentou também a morte de Raimunda Cezarina Rodrigues de La-Rocque, popular vendedora de tacacá, que faleceu no dia 25 de fevereiro.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Moineiro Moitz

CONCEITOS Jereissati afirma que governo precisa acabar com a restrição fiscal

Juros altos mostram insensibilidade, diz Jereissati

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) condenou a teimosia do Banco Central (BC) em manter as taxas de juros, “as mais altas do mundo”, que estão corroendo as expectativas dos brasileiros de obter um emprego digno.

– Ao levar adiante essa política, o Banco Central se mostra insensível ao restante do país, com um toque de arrogância em relação às necessidades e ao sofrimento dos brasileiros – observou.

Para Jereissati, o governo precisa levar em consideração o desemprego recorde do país e o crescimento negativo de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003, e não somente as expectativas da inflação.

– Somente no governo Collor, que tanto combatemos, houve queda do PIB. A população cresceu 1,6%, portanto o tamanho da recessão, no ano passado, foi de 1,8%. Enquanto a economia andou para trás, os bancos tiveram os maiores lucros de todos os tempos. Há algo de muito podre nessa equação – afirmou.

Segundo Jereissati, a fase de culpar os outros já passou e o PT precisa começar a governar de fato, minorando a enorme restrição fiscal que está mantendo os juros altos demais, por tempo demais. Essa política do governo está fazendo com que ele reveja o conceito de independência do BC, que sempre defendeu, admitiu o senador.

Jereissati disse que, mesmo nos Estados Unidos, onde o Banco Central é independente, seu presidente comparece com frequência ao Congresso para prestar esclarecimentos sobre a política que está seguindo.

CAE aprova convite a Palocci e Meirelles para explicar economia

Senadores querem detalhes do acordo com FMI e motivos que levaram à manutenção da Selic em 16,5%

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou requerimento dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) e vai convidar o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para explicarem a política econômica do governo, os efeitos do acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a exigência de crescentes superávits fiscais na economia.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) quer também explicações sobre os critérios de liberação de verbas para as vítimas das enchentes no Nordeste.

Palocci e Meirelles chegaram a marcar data para falarem à CAE em três oportunidades, mas, em todas, pediram cancelamento, alegando compro-



Célio Azevedo

DEBATE Acordo com o FMI e exigência de superávits fiscais estão entre os questionamentos da comissão

missos urgentes. O requerimento perdeu validade porque era de 2003, mas foi reapresentado na sessão de ontem e aprovado por unanimidade.

Tasso Jereissati, na condição de co-autor, afirmou que é necessário que o presidente do Banco Central seja ouvido antes da próxima reunião do Comitê de Política Monetária

(Copom). “É preciso que se explique a decisão incompreensível do Copom, na última reunião, de manter as taxas de juros em níveis estratosféricos”, assinalou Jereissati.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), disse que é preciso debater a política econômica, que levou o

país à primeira recessão desde 1992.

– As medidas anunciadas, de estímulo à construção civil, são meramente paliativas e não vão resolver o problema. A economia precisa ser induzida a crescer, o que não é feito apenas por meio de leis, mas de ações governamentais – afirmou Ramez Tebet.

Borges deseja ampliar programa de educação

O senador César Borges (PFL-BA) apresentou ontem, durante reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, duas emendas ampliando o alcance do Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (Pace), voltado para o setor de construção civil. Ele quer que o programa proposto pelo senador Paulo Octávio (PFL-DF) não seja “excludente” e que abranja todo trabalhador e em qualquer empresa.

O parecer do senador Almeida Lima (PDT-SE) é favorável ao projeto de lei que estipula que as aulas sejam ministradas por professores ou alfabetizadores, preferencialmente em recinto coberto, localizado no próprio canteiro de obras. Paulo Octávio propõe que as adesões ao Pace garantam às empresas preferência para a obtenção de recursos em bancos oficiais federais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Econômica Federal. O



Célio Azevedo

ALFABETIZAÇÃO César Borges apresenta emendas que levam professor aos canteiros de obras

senador Fernando Bezerra (PTB-RN) pediu vista, argumentando que também quer contribuir para melhorar o projeto.

Almeida Lima leu ainda o seu relatório favorável à eliminação da cobrança dos serviços bancários das pessoas físicas. A proposta foi apresentada pelo senador João Alberto Souza (PMDB-MA), mas houve pedido de vista coletivo.

Aprovado contrato que beneficia cidade gaúcha

O contrato entre a prefeitura de Viamão (RS) e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) poderá ser regularizado com base na Resolução 19, aprovada no fim do ano passado pelo Senado, que isenta dos limites de endividamento dos governos as operações realizadas no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz) da Eletrobrás. Parecer do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) com esse esclarecimento ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, foi aprovado ontem pelos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O ministro Antonio Palocci solicitou orientação da CAE sobre a possibilidade de irregularidade nessa contratação, porque a Resolução do Senado 43/01 deixava uma lacuna em relação ao procedimento a ser adotado no caso de descumprimento de alguma exigência legal. A operação da prefeitura de Viamão não havia sido sub-

metida a exame prévio da Secretaria do Tesouro Nacional.

A decisão dos senadores, além de liberar o Reluz dos limites de endividamento público, isentou o programa da apresentação dos documentos exigidos na contratação de operações de crédito.

Embaixadas

A CAE também aprovou parecer do senador Marco Maciel (PFL-PE) que dá conhecimento dos resultados da auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em embaixadas do Brasil em Kuala Lumpur (Malásia), Cingapura, Bangkok (Tailândia) e Nova Delhi (Índia). O relatório apontou falhas e impropriedades nos gastos de manutenção das embaixadas.

O Tribunal de Contas da União alertou o Congresso e a Presidência da República sobre a inconveniência de cortes lineares nas dotações orçamentárias dessas representações no exterior.

DENÚNCIAS

Almeida Lima afirma que ministro José Dirceu teria articulado uma operação para abafar investigações contra o ex-assessor Waldomiro Diniz. Líderes governistas repelem as denúncias, qualificando-as de inconsistentes

Acusação provoca debates no Plenário

A apresentação, ontem, pelo senador Almeida Lima, de relatório de um delegado da Polícia Federal que incriminaria Waldomiro Diniz, ex-assessor do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, provocou intensos debates no Plenário do Senado. De

acordo com o senador, ao tomar conhecimento do relatório, em julho de 2003, Dirceu teria tentado abafar as investigações. Os líderes governistas Renan Calheiros, Ideli Salvatti e Aloizio Mercadante consideraram a denúncia de Almeida Lima inconsistente,

baseada em relatório apenas parcial. Eles negaram que o ministro soubesse do teor do documento. O senador Antonio Carlos Magalhães também criticou o senador por Sergipe e disse que o discurso de Almeida Lima foi leviano.

Almeida Lima diz que Dirceu tentou abafar investigações

Em clima de grande expectativa, o senador Almeida Lima (PDT-SE) denunciou ontem uma “operação-abafa” que teria sido promovida pelo ministro José Dirceu para impedir o prosseguimento de uma investigação da Polícia Federal sobre suposta conexão do ex-assessor Waldomiro Diniz com o crime organizado. Ele disse que a manobra deu certo, porque o inquérito parcial, de 30 de julho de 2003, não foi adiante.



Para Almeida Lima, somente uma CPI pode investigar os fatos denunciados

Almeida Lima leu, em Plenário, relatório elaborado pelo delegado federal Hebert Mesquita e enviado ao procurador da República Luiz Fernando Lessa, no qual incluiu notas da imprensa sobre suposto envolvimento de Waldomiro Diniz e pede novas diligências.

– Ninguém tomou providências desde então, e não teria tomado até hoje caso a fita de vídeo de Waldomiro Diniz, pedindo propina a Carlos Cachoeira,

não tivesse sido entregue ao senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e divulgada pela revista *Época*. A abertura de uma comissão parlamentar de inquérito é a consequência lógica dessas denúncias – disse.

Em uma segunda intervenção, Almeida Lima rebateu as críticas feitas ao seu pronunciamento e afirmou que não esperava procedimento diferente dos senadores da base do governo. Ele reafirmou que Dirceu prevaricou, porque deu telefonemas e promoveu uma “operação-abafa”.

– Se o inquérito da Polícia Federal que li em Plenário não tem qualquer importância, como agora querem entregar as diligências exatamente à Polícia Federal? Se não prestava então, também não presta agora – afirmou. Ele destacou que muitos precisam dar explicações, e somente uma CPI pode investigar a fundo os fatos.

Ataque ao ministro carece de sustentação, afirma Mercadante

Uma lição para o resto da vida. Assim o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), se dirigiu ao senador Almeida Lima, que apresentou momentos antes em Plenário denúncias que incriminariam o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu. Mercadante afirmou que as denúncias não têm sustentação e trouxeram frustração.

Aloizio Mercadante sinalou que Almeida Lima apresentou apenas o relatório parcial sigiloso de um delegado da Polícia Federal – “que não indiciou ninguém e nem concluiu nada” – no qual foram incluídas notas publicadas por jornais sobre uma “operação-abafa” que estaria sendo articulada por José Dirceu.

– A fonte não é o delegado; é *O Dia on line*, a *IstoÉ on line*. A operação-abafa é uma nota do jornalista Cláudio Humberto que saiu em *O Dia on line*. Não é



Mercadante lembra que fonte da denúncia é apenas noticiário da imprensa

produto de investigação. Além disso, o relatório já havia sido publicado pelo *Jornal do Brasil* e pela *Folha de S. Paulo* em 20 de fevereiro. V. Ex^a deveria ter procurado saber mais sobre o relatório antes de criar essa expectativa. O ministro José Dirceu tem 40 anos de luta política. O senhor acha que se constrói a democracia dessa forma? O que o senhor espera construir com esse procedimento? – questionou o senador.

Mercadante ainda cobrou “responsabilidade pública do que se faz”, frisando que não poderia aceitar calúnia e difamação. Ele também pediu que não se cometa o linchamento moral do ministro José Dirceu ou de qualquer outra pessoa.

– Discordo de tudo o que o senhor disse, mas o ministro José Dirceu foi um dos responsáveis pelo seu direito de dizer – concluiu.

Renan: Garotinho negou interferência em processo

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), desqualificou as denúncias apresentadas pelo senador Almeida Lima contra o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, afirmando que o senador leu relatório parcial de um delegado de polícia no intuito de obter notoriedade. Segundo Renan Calheiros, Almeida Lima quis transformar o Plenário do Senado em uma delegacia de polícia.

O parlamentar destacou que é preciso ter responsabilidade para com o país, acrescentando que “denúncias vazias”, como a feita por Almeida Lima, servem somente para desestruturar o país e o governo e pre-

judicar a imagem do Brasil no exterior.

Em outra intervenção, Renan Calheiros relatou ligação telefônica que havia recebido pouco antes do secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, que disse jamais ter recebido qualquer pedido de José Dirceu para abafar investigação contra o ex-assessor da Casa Civil e ex-presidente da Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj) Waldomiro Diniz.

– Quando surgiu essa denúncia, a Polícia Civil tratou de abrir a investigação, antes da Polícia Federal, e indiciou o senhor Waldomiro – informou



CONSEQUÊNCIA Segundo Renan, manifestação prejudicou imagem no Brasil no exterior

Renan Calheiros.

O relato do líder do PMDB no Senado ocorreu durante o pronunciamento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que acrescentou não ter tido a intenção de desqualificar o senador Almeida Lima ao criticar o teor de seu discurso.

Ideli: anúncio de revelações afetou mercado financeiro

“O que aconteceu hoje (*ontem*) é tão ridículo, tão absurdo e tão fora de propósito que nós só podemos lamentar e colocar, de forma muito clara, que até a irresponsabilidade tem limite.” Essa foi a avaliação feita pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) sobre a denúncia do senador Almeida Lima de que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, teria, no ano passado, comandado uma “operação-abafa” para interromper uma investigação sobre a gestão de Waldomiro Diniz na Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loterj).

Na avaliação da líder do PT no Senado, o anúncio feito por Almeida Lima de que apresentaria prova envolvendo José Dirceu no caso Waldomiro Diniz fez com que até o mercado financeiro ficasse refém do tal anúncio e teria provocado oscilação na Bolsa de Valores e na cotação do dólar com relação ao real.

– Toda a trombetagem até fez com que a imprensa estivesse aqui aguardando ansiosa pela tal prova irrefutável e indiscutível da vinculação de Waldomiro com José Dirceu. Mas a montanha rugiu, rugiu, rugiu e não pariu um rato. Porque nem estatura para rato tinha o que saiu da tribuna na tarde de hoje – afirmou Ideli Salvatti.

DENÚNCIAS

Para Antonio Carlos e Fernando Bezerra, acusações foram levianas, mas Alvaro diz que documentos provam que Dirceu conhecia investigações. Jefferson e Jereissati lembram posições do PT quando o partido era oposição a FHC



COBRANÇA Presidente Lula deve assumir responsabilidades, ressalta Alvaro Dias

Alvaro Dias defende direito de livre expressão

Ficou a impressão de que o direito de livre manifestação tornou-se, de repente, um crime. Assim, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) resumiu o que aconteceu na sessão de ontem, após o pronunciamento do senador Almeida Lima (PDT-SE).

– Ele quis apresentar a existência de um inquérito instaurado pela Polícia Federal contra Waldomiro Diniz e que era

de conhecimento do presidente da República e do ministro (da Casa Civil) José Dirceu. Isso é um fato grave. O senador Almeida Lima não cometeu um crime. Estava cumprindo seu dever de fiscalizar – afirmou.

Para Alvaro Dias, não há como o presidente Lula e o ministro José Dirceu alegarem ignorância sobre as atividades de Waldomiro Diniz.

– Não podem dizer que não tinham conhecimento do inquérito da Polícia Federal – frisou.

O senador disse que o presidente tinha conhecimento da estratégia de arrecadação para os cofres partidários e tem que assumir a responsabilidade permitindo a investigação com todos os instrumentos possíveis, incluindo a comissão parlamentar de inquérito (CPI).

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) elogiou a coragem de Almeida Lima por mostrar que o governo petista cometeu “estelionato eleitoral”. A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) afirmou que as lideranças governistas desqualificaram o discurso de Almeida Lima, mas não explicam como o governo não sabia do inquérito contra Waldomiro.

Discurso foi leviano por falta de provas, diz Antonio Carlos

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem que Almeida Lima (PDT-SE) é “um homem digno de pena e que não vai dormir bem por ter sido tão leviano”. Para ele, o senador por Sergipe brincou com os jornalistas de todo o país ao declarar que faria, da tribuna do Senado, uma grande denúncia contra o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.

– Se eu fosse do PT ou do governo, faria uma estátua do senador Almeida Lima, porque ele foi o primeiro a defender o ministro José Dirceu neste Plenário – afirmou.

Antonio Carlos declarou que a denúncia apresentada por Almeida Lima não tem nenhuma expressão e que não poderia ser publicada por nenhum jornal do interior baiano. Lembrando que já foi prefeito e governador, o senador ressaltou que não há um só administrador público que não tenha sido enganado por um auxiliar.

– O senador Almeida Lima tomou hoje uma lição que todos os políticos precisam ter na vida. Só devem acusar com provas e uma nota na imprensa não é tudo na vida – observou.

Fernando Bezerra repudia acusações “inconsistentes”

Em crítica às acusações do senador Almeida Lima de que o ministro José Dirceu teria feito uma “operação-abafa” para sustar as investigações da Polícia Federal (PF) sobre seu então assessor, Waldomiro Diniz, o líder do PTB, Fernando Bezerra (RN), disse que, em nove anos de Senado, nunca viu “tanta expectativa em torno de coisa nenhuma”.

Para o líder, o senador por Sergipe fez “um pronunciamento inconsistente” e foi leviano, porque se baseou apenas em notícias da imprensa que foram juntadas a um inquérito parcial da PF.

Como empresário e ex-presidente da Confederação Nacio-



LEVIANDADE Para Fernando Bezerra, houve “expectativa em torno de coisa nenhuma”

nal da Indústria (CNI), Fernando Bezerra admitiu que ficou bastante preocupado com a queda dos índices de desempenho da economia brasileira na manhã de ontem, diante da ex-

pectativa do discurso de Almeida Lima, anunciado como “devastador para o governo”.

– Ao contrário do prometido, suas denúncias foram inconsistentes. Por isso, eu e o meu partido, o PTB, repudiamos suas palavras irresponsáveis que grande dano fizeram à economia brasileira – afirmou.

Bezerra ressaltou ser favorável à completa investigação de tudo e de todos e declarou não ser contrário à instalação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs), mas considerou que o Ministério Público é apto a realizar qualquer tipo de investigação, com isenção e rapidez. “A nação quer conhecer a verdade”, completou.



ALVO “Todos fomos vítimas de infâmias feitas por integrante do PT”, observa Jereissati

Para Jereissati, PT paga caro por “prática de calúnias”

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) disse, ao comentar o caso Waldomiro Diniz, que o Partido dos Trabalhadores “está pagando caro” por ter implantado uma “cultura de denúncias”, feitas sem a devida apuração, que caracterizou a atuação do partido quando na oposição.

– Todos nós, que tivemos um cargo no Executivo, fomos vítimas de calúnia ou infâmia falsa ou distorcida feita por integrantes do PT. Querer que os políticos, que agora são da oposição, fiquem calados é pedir demais – afirmou.

Jereissati reconheceu serem justas as queixas manifestadas pelo líder do governo Aloizio Mercadante (PT-SP), em Plenário, mas observou que se trata de um sentimento tardio. Ele ressaltou, no entanto, que o PSDB não sucumbirá à tentação de fazer oposição de maneira irrefletida e irresponsável.

– Assim como ensinamos o Partido dos Trabalhadores a exercer o governo, agora vamos ensinar o PT como se faz uma oposição responsável – concluiu o senador pelo Ceará.

Jefferson: Dirceu apoiou CPI para investigar governo FHC em 2000

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) leu ontem trechos de artigo publicado no site do PT em março de 2000 pelo então deputado e presidente nacional do partido, José Dirceu, em que o atual ministro-chefe da Casa Civil defendia a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar atos de corrupção no governo Fernando Henrique. A troca de papéis foi apontada pelo senador como parte do “teatro mambembe da política brasileira”.

Jefferson observou que os argumentos do governo FHC, criticados de forma irônica por Dirceu, estão agora sendo repetidos na voz dos que defendem o governo no caso do flagrante de corrupção em que foi pego



CRÍTICA Troca de papéis é “teatro mambembe da política brasileira”, afirma Jefferson Péres

Waldomiro Diniz, ex-assessor da Casa Civil e homem de confiança de Dirceu.

“A pobreza dos argumentos é tanta que até o risco de uma crise institucional veio à tona. Quanto à economia, até as pedras sabem que a crise nada

tem a ver com a CPI e sim com a política econômica dos seis anos do tucanato, com nossa dependência externa e os problemas nos Estados Unidos, primeiro, e na Argentina, depois”, dizia o presidente do PT no artigo citado pelo senador.

Jefferson também chamou a atenção para semelhanças entre os dois momentos. Em 2000, também pesavam suspeitas sobre um colaborador direto do presidente, o secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge. E nas duas situações, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) estava em evidência. Primeiro, como alvo de Dirceu, em razão de denúncias contra o parlamentar baiano, e agora como um dos escudeiros do governo Lula.



EFEITO CONTRÁRIO Segundo Antonio Carlos, depoimento de Almeida Lima beneficiou Dirceu

DENÚNCIAS

Virgílio anuncia que seu partido votaria uma "agenda positiva" para o país em troca da instalação da comissão parlamentar de inquérito. Ideli pede que senadores desobstruam a pauta de votações. Valadares defende José Dirceu

Demostenes: "governo está abatido e sem ânimo moral"

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) leu da tribuna os resultados de pesquisa do Instituto Datafolha divulgada ontem, a qual revela que 81% dos eleitores do país querem a CPI para investigar o caso Waldomiro Diniz e outros 83% apóiam uma CPI para investigar as atividades dos bingos no Brasil. Já 67% dos entrevistados afirmaram que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, deve se afastar do cargo ou se demitir definitivamente.

Para o parlamentar, o governo Lula está "abatido, sem ânimo moral," por causa das denúncias dos últimos dias envolvendo em corrupção um assessor do ministro José Dirceu. Demostenes Torres acha que, "depois de ter perdido o primado da probidade", o governo do PT "perambula em sérias indecisões éticas e desencontros políticos".

Instalada a crise após as denúncias, continuou Demostenes Torres, "o núcleo duro do governo patrocina atos como o jantar de desagravo a José Dirceu na casa do ministro das Comunicações".



PESQUISA Demostenes mostra números do Datafolha sobre CPI para bingos e Waldomiro Diniz

PSDB vota matérias se tiver CPI, propõe Virgílio

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) propôs ao governo que autorize os parlamentares de sua base a assinarem o requerimento de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias envolvendo o ex-assessor parlamentar da Presidência da República Waldomiro Diniz. Em troca, o seu partido, o PSDB, concordaria em votar todas as matérias incluídas em uma "agenda positiva" para o país a ser apresentada pelo governo.

– O governo não teme os resultados de uma investigação. Mas o governo teme que a economia entre em alvoroço, teme



AGENDA POSITIVA Arthur Virgílio diz que instalação da CPI pode ajudar o governo

o aumento do risco Brasil. Que instalemos uma CPI para o governo sair dessa posição constrangedora de recuo – afirmou Arthur Virgílio.

Na avaliação do senador, a cada dia que passa o governo Luiz Inácio Lula da Silva vem perdendo credibilidade junto à população. Ele registrou que pesquisa do Datafolha apurou que 81% dos entrevistados querem a instalação de CPI.

Arthur Virgílio indagou ao presidente do Senado, José Sarney, os motivos que o levaram a suspender as sessões da Casa durante a semana de carnaval. Sarney respondeu que tomou tal decisão para preservar a Casa. Ele disse temer que ocorresse no Senado o mesmo que ocorreu na Câmara, onde sessões previstas não foram realizadas por falta de quórum.

Para Agripino, só uma investigação poderia dar respostas às denúncias

A agenda positiva defendida pelo governo deveria "passar a limpo a ética no país" e incluir a instalação de uma CPI para desvendar o caso Waldomiro Diniz, defendeu ontem o líder do PFL, senador José Agripino (RN). Para ele, a ética é parte prioritária do crescimento do país e só com uma CPI a nação poderá obter as respostas sobre as denúncias de propina envolvendo o assessor graduado do governo.

José Agripino, no entanto, disse estar mais preocupado com os rumos da economia nacional, com os 11,7% de desemprego e com a queda de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) registrada em 2003. Na sua avaliação, o governo não



PREOCUPAÇÃO Agripino diz que ministros não conseguiram antever a queda do PIB

está sabendo o que fazer, tanto que alguns ministros previam um crescimento maior ou menor, mas nenhum deles anteviu a queda do PIB.

O senador comentou também que o ministro da Fazenda,

Antonio Palocci, não respondeu a nenhum desses problemas em entrevista concedida na manhã de ontem ao *Bom Dia Brasil*, da Rede Globo. Para Agripino, as medidas anunciadas pelo governo para reativar a construção civil não apresentaram nada de novo e procuram proteger tanto o empresário como o mutuário.

O líder do PFL adiantou ainda que seu partido não vai votar pela aprovação da MP do Setor eElétrico, que está trancando a pauta de votações do Senado.

Sob o argumento de defender o consumidor, a proposta afugenta os investidores e futuramente prejudicará os próprios usuários, explicou.



EXEMPLOS Segundo Ideli, população espera que o Senado vote as matérias da pauta

Ideli admite debate, mas pede retomada das votações

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), fez um apelo aos demais senadores ontem para que eles façam o debate necessário em torno do caso Waldomiro Diniz, mas desobstruam a pauta de votações.

Ela disse que a população espera do Senado a conclusão de temas importantes, cujo andamento está paralisado desde fevereiro.

As MPs 144 e 145/03 que regulam o setor elétrico são temas fundamentais para o crescimento do país, exemplificou, observando que o empresário desse setor só investe se tiver garantias.

Há expectativa da sociedade também em relação à reforma do Judiciário, para permitir uma Justiça ampla e democrática, afirmou a senadora.

A líder do Partido dos Trabalhadores destacou a proposta de preservação da Mata Atlântica e a MP 141/03, que trata da renegociação de débitos de estudantes, a nova Lei de Falências, o projeto sobre biossegurança e a proposta que tipifica a violência doméstica.

Comissão deveria interessar mais ao governo, analisa Efraim

O senador Efraim Morais (PFL-PB) analisou ontem que a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito deveria interessar mais ao governo do que à oposição, já que seria uma oportunidade para o Executivo comprovar que não tem envolvimento com as denúncias.

– Se é verdade, como sustentam neste Plenário os líderes do governo, do PT e da base aliada, que o ministro José Dirceu não tem nada a ver com o caso Waldomiro Diniz, por que esse medo todo de uma CPI? – indagou o senador.

Efraim disse que se estivesse no lugar de José Dirceu tomaria duas decisões: primeiro, se ofereceria para ir até o Congresso explicar o caso e em seguida se afastaria do cargo.



Efraim afirma não saber o porquê do medo do PT

Valadares defende Dirceu e diz que denúncias serão apuradas

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu ontem o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, sobre o qual a oposição lança a suspeita de acobertar os atos de corrupção do ex-assessor parlamentar da Presidência da República Waldomiro Diniz. Citando artigo do jornalista Márcio Moreira Alves, Valadares disse que procurar desonestidade em Dirceu seria como buscar "pulga em pêlo de elefante".

O parlamentar por Sergipe afirmou considerar legítimo o papel da oposição de fiscalizar os atos do governo. E não fez reparos ao senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Mas, em referência ao discurso do senador Almeida Lima (PDT-SE), observou que as denúncias estão sendo investigadas pelo Ministério Público.



Valadares cita Moreira Alves para defender ministro

DENÚNCIAS



CORTESIA Magno Malta diz que só atendeu o pedido dos líderes "por educação"

Líderes pedem e Magno adia requerimento da CPI dos Bingos

O senador Magno Malta (PL-ES) afirmou no início da noite de ontem que, "por educação", atendeu a pedidos de líderes da base do governo e adiou a entrega à Mesa do Senado do seu requerimento de criação de uma CPI para investigar os bingos no país. Ele havia anunciado que apresentaria o requerimento ontem.

Das 33 assinaturas iniciais, o requerimento ainda continha 32 no final de ontem – o mínimo é de 27. O senador Tião Viana (PT-AC) havia pedido para retirar seu nome do requerimento. Magno Malta disse em entrevista à imprensa que mantém sua decisão de requerer a CPI porque "a medida provisória que fechou os bingos não invalida a investigação do Senado".

– Por educação, vou conversar com os líderes partidários. Mas não estou disposto a segurar esta bomba na minha consciência. Depois que o requerimento for protocolado, quem quiser tirar assinatura deve ir à Mesa do Senado – acrescentou.

A bancada do PT no Senado decidiu retirar as assinaturas da CPI dos bingos depois de reunião no apartamento do senador Tião Viana, na noite de segunda-feira. A bancada chegou à conclusão de que, em princípio, serão suficientes as investigações da Polícia Federal e do Ministério Público sobre as denúncias de corrupção envolvendo o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz e o empresário de jogos de azar Carlos Augusto Ramos (Carlinhos Cachoeira).

Propaganda deve advertir sobre males de refrigerantes

■ Autora da proposta atribui a esses produtos uma das causas do aumento da obesidade no Brasil

Projeto determinando que a propaganda de refrigerantes deve advertir os consumidores sobre os malefícios do produto para a saúde, como problemas de obesidade, recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE), que acompanhou relatório do senador

Juvêncio da Fonseca (PDT-MS).

De autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), a proposta (PLS 431/03) será submetida agora ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de onde seguirá para votação em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

As advertências impostas pelo projeto devem ser faladas ou escritas, de acordo com as características do meio de comunicação. O descumprimento da medida sujeitará os infratores a sanções que vão até à

apreensão do produto e à suspensão da publicidade, com a possibilidade de aplicação de multas que podem chegar a 30 mil salários mínimos.

Segundo Lúcia Vânia, a obesidade "vem crescendo rapidamente e está se tornando um problema de saúde pública, com impactos sanitário e econômico". Um dos fatores desse problema, afirma a senadora, é o elevado consumo de refrigerantes e outros produtos hipercalóricos sem grande valor nutricional, estimulado pela publicidade.



PRECAUÇÃO Lúcia Vânia afirma que a publicidade estimula o consumo por crianças e jovens



DISCUSSÃO Senadores da CE vão debater em audiência ações afirmativas do governo para a educação

Comissão vai ouvir Tarso Genro sobre cotas para negros nas universidades

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem requerimento para que o ministro da Educação, Tarso Genro, seja convidado a discutir em audiência pública ações afirmativas a serem implementadas pelo governo no setor educacional, especialmente as relativas a cotas para negros nas universidades públicas.

Um dos autores do requerimento, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) argumentou que o tema é importante e de interesse da sociedade. No dia 17 de fevereiro, a comissão já havia aprovado requerimento convidando Tarso Genro e o ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, para discutirem a reforma universitária.

O senador observou que o então ministro da Educação, Cristovam Buarque, era favorável às cotas e que há vários projetos sobre o assunto tramitando no Congresso. O requerimento foi apresentado originalmente pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) e ganhou o

apoio de Demostenes e de Efraim Morais (PFL-PB).

Declaração de Dirceu

Outro requerimento de iniciativa de Virgílio, pedindo o comparecimento do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para esclarecer declarações supostamente feitas por essa autoridade sobre o então ministro Cristovam Buarque também foi votado, mas não alcançou quórum suficiente – havia 12 senadores presentes, quando o mínimo deveria ser 14. Dirceu havia afirmado, segundo o requerimento, que Cristovam teria sido "negligente quanto à educação".

Alguns senadores se retiraram da sala para que o quórum não fosse registrado, seguindo orientação da líder do PT, Ideli Salvatti (PT-SC). Ideli afirmou que Cristovam deveria ser ouvido sobre a necessidade de realização da audiência pública antes da votação do requerimento. Como Efraim e Demostenes, também autores do requerimento, não concordaram

com o adiamento da votação, a senadora propôs que os senadores se retirassem.

O presidente da CE, Osmar Dias (PDT-PR), garantiu que o requerimento convidando José Dirceu será novamente votado na próxima terça-feira. Efraim lamentou a atitude petista, qualificando-a de "blindagem" do ministro José Dirceu. "Queremos saber o que o ministro afirmou em relação à gestão de Cristovam frente ao Ministério da Educação", disse.

A comissão aprovou ainda relatório do senador João Ribeiro (PFL-TO) sugerindo o envio, à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), de cópia de acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditoria realizada no cadastro único dos programas sociais do governo. O objetivo do cadastro é reunir em um único banco de dados todas as famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa e que recebem complementação de renda do governo federal.

Demissões na Cultura geram debate na CE

O ministro interino da Cultura (MinC), Juca Ferreira, e o ex-secretário de Desenvolvimento de Programas e Projetos do Ministério Roberto Pinho deverão ser convidados pela Comissão de Educação (CE) a prestar esclarecimentos sobre o contrato, no valor de R\$ 1,5 milhão, assinado entre o MinC e o Instituto Brasil Cultural (Ibrac). O ministro Gilberto Gil está de férias até o dia 10 deste mês.

Por sugestão dos senadores Hélio Costa (PMDB-MG), Ideli Salvatti (PT-SC) e Flávio Arns (PT-PR), a comissão vai aproveitar a oportunidade da audiência para debater o planejamento e as políticas públicas do Ministério da Cultura.

Autor do requerimento para a audiência pública, o senador José Jorge (PFL-PE) afirmou que, segundo o noticiário da imprensa, não houve licitação para escolha do Ibrac, o que resultou na demissão de Roberto Pinho daquela secretaria. Outros três importantes assessores do MinC deixaram suas funções em solidariedade a Pinho. Para o senador, ficou claro que dois grupos "brigavam" no ministério na ausência do ministro Gilberto Gil.

José Jorge deseja saber ainda qual a concepção das bases de apoio à cultura no país. O parlamentar considera que o modelo mais adequado para promover a cultura em favelas e bairros mais distantes seria apoiar iniciativas já existentes nas comunidades em vez de construir novos prédios.



SUGESTÃO Nilson Naves apresenta conclusões do tribunal a José Jorge e Edison Lobão e ao presidente do Senado, José Sarney

Presidente do STJ entrega ao Senado proposta para reforma do Judiciário

Ministros se posicionam contra o controle externo da Justiça e a favor da súmula vinculante

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Nilson Naves, entregou na manhã de ontem ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), e ao presidente do Senado, José Sarney, a proposta da instituição para a reforma do Judiciário, ratificando 29 sugestões já encaminhadas ao Congresso pelo tribunal. Na proposta entregue ontem, o STJ se posiciona contra a criação do controle externo do Poder Judiciário, de acordo com decisão, por maioria de 20 votos, de sessão plenária realizada em 16 de fevereiro na aquela corte.

O senador José Jorge (PFL-PE), que também participou do encontro pela manhã no gabinete de Lobão, informou que deverá entregar o relatório da reforma do Judiciário provavelmente na próxima semana.

O STJ defende, segundo Naves, a criação de um conselho composto de sete pessoas da própria magistratura para exercer o controle do Judiciário. O órgão seria presidido por um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e teria como corregedor um ministro do STJ. Ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Superior Tribunal Militar (STM), desembargadores dos tribunais de Justiça e um membro dos tribunais regionais também integrariam o colegiado. Naves argumenta que esse conselho ficaria acima de todos os demais tribunais e não daria margem a corporativismo.

Na sessão plenária do último

dia 16, o STJ também aprovou a adoção da súmula vinculante em matéria infraconstitucional, para que as decisões daquela corte tenham efeito vinculante em relação a órgãos do Judiciário e à administração pública direta e indireta.

No entendimento de Naves, a adoção desse mecanismo contribuirá para reduzir a morosidade do Judiciário e não engessará as ações da Justiça, pois terá efeito, sobretudo, em relação às ações dos administradores das três esferas – federal, estadual e municipal.

O ministro afirmou ainda que a súmula poderá ser revista pelo STJ por provocação de juiz quando entender necessário. Para ele, a utilização do instrumento da súmula irá beneficiar, sobretudo, o STF, que está convivendo com mais de 230 mil processos. O STJ também sugere a substituição do precatório – quantia que a Fa-

zenda Pública é obrigada a pagar a um beneficiário devido a sentença judicial – pelo título sentencial. O título seria expedido após o término de uma ação vitoriosa contra o Estado, e este teria que incluir o valor no orçamento do ano seguinte, efetuando o pagamento em dez parcelas mensais.

Relatório

Depois de se reunir com os líderes dos partidos no gabinete de Edison Lobão, o senador José Jorge afirmou que já se sente “preparado para finalizar o relatório com base numa visão própria da matéria, observadas as opiniões dos líderes”.

José Jorge citou entre os pontos fundamentais da reforma a criação do Conselho Nacional de Justiça, encarregado do controle externo do Judiciário, o estabelecimento da súmula vinculante e a federalização dos crimes relativos aos direitos humanos.

Senadores buscam acordo para conflito com índios

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) comunicou que na próxima sexta-feira uma comitiva de senadores participará, na sede da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, de reunião com o objetivo de buscar soluções para o conflito envolvendo indígenas e agricultores no estado. O grupo é formado por Moza-



Pavan anuncia encontro em Santa Catarina

rildo Cavalcanti (PPS-RR), Delcídio Amaral (PT-MS), Jefferson Péres (PDT-AM), João Ribeiro (PFL-TO) e Romero Jucá (PMDB-RR).
Estarão presentes índios e agricultores, procuradores, representantes da Polícia Federal e da Fundação Nacional do Índio (Funai), prefeitos e secretários estaduais e municipais.

Valadares pede ajuda para vítimas das enchentes

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu ontem ao governo que tome medidas urgentes destinadas a socorrer as vítimas das enchentes. Falando sobre a grave situação que afeta sua cidade natal, Simão Dias, em Sergipe, Valadares pediu que o Ministério da Fazenda, em coordenação com os Ministérios da Integração Nacional e das Cidades, libere as verbas necessárias para remediar a situação dos desabrigados e para reconstruir casas, pontes e outros equipamentos públicos.

– Precisamos de mais agilidade. Um governo eleito com base na idéia de solidariedade não pode passar a imagem, transmitida pelos adversários, de falta de ação – ressaltou o senador.

Na opinião de Valadares, o Ministério da Fazenda ainda está muito apegado à meta de um grande superávit fiscal.

Estímulo à programação regional de rádio e TV

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) apelou ontem ao Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional para que dê parecer favorável à aprovação, pelo Senado, do projeto que regulamenta a regionalização da programação cultural, artística e jornalística e da produção independente nas emissoras de rádio e TV (PLC 59/03). Autora do projeto, Jandira lembrou que a proposta saiu da Câmara respaldada por um amplo acordo.

O pedido da deputada foi fei-

to durante reunião da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação, criada pelo Conselho de Comunicação Social para avaliar a questão. Jandira apresentou o projeto há quase 14 anos e lembrou que, ao longo da tramitação na Câmara, várias negociações aconteceram.

Em análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tendo como relator o senador César Borges (PFL-BA), o projeto regulamenta o artigo 221 da Constituição fe-

deral, que propõe a democratização, regionalização e estímulo à produção independente nos meios de comunicação brasileiros. Pelo texto, nas cidades com mais de 1,5 milhão de domicílios com TV as emissoras ficam obrigadas a apresentar 22 horas semanais de programas culturais, artísticos e jornalísticos de cunho regional, dos quais 40% oriundos de produtores independentes.

A reunião da comissão teve como objetivo ouvir especialistas. Além do deputado federal

Roberto Magalhães (PTB-PE), relator da proposta na Câmara, também falaram o economista Alex Patez Galvão, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Alexandre Annemberg, da Associação Brasileira de TV por Assinatura; José Marcelo Amaral, da Rede Record; Evandro do Carmo Guimarães, das Organizações Globo; a antropóloga Esther Hamburger, professora da Universidade de São Paulo (USP); e Geraldo Moraes, presidente do Congresso Brasileiro de Cinema.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma e Flávio Arns